



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2766/15	DATA: 17/12/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 13h07min	PÁGINAS: 47

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA - Antropólogo e professor da Universidade Estadual do Amazonas — UEA.  
JURANDIR NOVAES - Professora da Universidade Federal do Pará — UFPA.  
ESMAEL RODRIGUES SIQUEIRA - Atingido pela Hidrelétrica de Tucuruí.  
CLEDENEUZA MARIA BIZERRA DE OLIVEIRA - Quebradeira de Coco Babaçu e representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu — MIQCB.  
LEONARDO DOS SANTOS - Quilombola de Alcântara, Estado do Maranhão.

SUMÁRIO

Debate sobre o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia — PNCSA.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater a Nova Cartografia Social na Amazônia.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria, Deputado Edmilson Rodrigues.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido, posteriormente, na grade de programação da emissora.

Convido a compor a mesa, com muita honra, o Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, professor da Universidade Estadual do Amazonas — UEA e um dos mais importantes antropólogos deste País (*palmas*); e a Dra. Jurandir Novaes, professora da Universidade Federal do Pará — UFPA e economista metida a antropóloga (*risos*) — que a Profa. Maria Adélia não me ouça. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Esmael Rodrigues Siqueira, um dos atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí e expropriado do Estado do Pará. (*Palmas.*) Viva a memória dos que já se foram! Lembro-me do Raimundinho e de outros que já partiram.

Convido ainda a Sra. Cledeneuza Maria Bizerra de Oliveira, quebradeira de coco babaçu do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu — MIQCB (*palmas*). A senhora é do Maranhão ou do Pará?

**A SRA. CLEDENEUZA MARIA BIZERRA DE OLIVEIRA** - Sou do Pará, de São Domingos do Araguaia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Bacana: somos todos parentes, todos a mesma coisa. As fronteiras interessam a poucos.

Convido, por fim, o Sr. Leonardo dos Anjos, quilombola de Alcântara (*palmas*). Precisamos mesmo de um anjo por aqui, porque a situação está braba: hoje é dia de crise na Casa.

Queridos, eu apresentei essa proposta, que foi aprovada por unanimidade e de forma célere. Outras propostas também tramitaram com rapidez. Há na Comissão de Meio Ambiente muitas divergências. A bancada ruralista — na Comissão de Meio Ambiente, acho que todos deveriam ser ambientalistas — é muito forte, mas a



bancada ambientalista, composta por membros de vários partidos — PSDB, PPS, PSOL, PT e outros —, também é muito forte e engajada. Ela é, talvez, a bancada mais engajada.

A Comissão é muito ativa. O Presidente Átila Lira é um piauiense muito sensível. Infelizmente, ele não pôde estar presente — talvez consiga chegar daqui a pouco —, e por isso estou tendo o privilégio de presidir a reunião.

Tive a honra de ver nascer o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Tenho várias publicações do projeto, mas ele avançou muito, e minha coleção ficou incompleta. Infelizmente não tenho mais como completá-la, porque no *site* não há como comprar a coleção toda.

Seja como for, eu fico feliz de saber que o projeto avançou, por iniciativa de Alfredo Wagner, um pensador, um antropólogo verdadeiro que faz ciência com rigor científico e, ao mesmo tempo, com a noção de que o substrato social do espaço geográfico tem que ser considerado, senão estaríamos negando o principal.

Em entrevista que dei ao vivo à *TV Câmara*, às 9 horas de hoje, eu disse que, quando as pessoas ouvem falar em cartografia, lembram-se de mapas: por meio dos mapas, sabe-se onde está o rio, onde está a montanha, onde há uma depressão, onde há uma floresta. Ocorre que o espaço geográfico é um espaço social. Dessa forma, mesmo o projeto não partindo de um geógrafo de formação, mas de um antropólogo, ao se produzir uma cartografia social, consolida-se a essência do espaço como social.

O uso histórico do espaço é mostrado. Trata-se de um georreferenciamento com o objetivo de dar visibilidade a sujeitos históricos de direitos que sofrem uma invisibilidade, uma agressão histórica aos seus direitos. A composição da Mesa mostra um pouco isso.

Eu dizia ao Deputado Adilton Sachetti como a coisa mais ou menos funciona: em Belém, indígenas urbanos mereceram cartografia social e muitos estão recuperando a sua própria identidade indígena. Depois de anos trabalhando, por exemplo, como doméstica numa casa qualquer, a moça já pode dizer: *“Eu sou indígena da etnia tal e meu povo está no Município tal. Eu estou em Belém, mas assumo a minha condição indígena”*.



A cartografia dos afrorreligiosos da cidade em que tive o privilégio de ser Prefeito é um trabalho maravilhoso, mas não é uma cartografia que permite ao geógrafo ou mesmo ao antropólogo pegar o mapa e dizer: “Os pontos estão aqui”. Trata-se de uma cartografia feita de forma absolutamente protagonizada pelos cartografados — digamos assim.

Bem, feita esta introdução, vamos passar às palestras.

Aviso que, como o dia hoje está um tanto tumultuado, é possível que daqui a pouco eu tenha que ir marcar presença e votar no Plenário, pois haverá a votação da LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias e da LOA — Lei Orçamentária Anual.

Eu não vou marcar o tempo dos participantes. Nós iremos nos autodisciplinando.

Concedo a palavra ao Sr. Alfredo Wagner.

**O SR. ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA** - Bom dia!

Eu queria agradecer muitíssimo o convite à Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Esta é uma oportunidade ímpar de mostrarmos serviços científicos produzidos por universidades públicas do País.

Há um dado importantíssimo para nós: esse Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia mapeia comunidades e povos tradicionais a partir de cursos de GPS e de *softwares* de ArcGIS ministrados a essas comunidades, para elas próprias possam mapear suas circunstâncias.

Peço ao Marcelo que, por favor, projete os mapas gerais de indicação, para V.Exas. terem uma ideia da abrangência desse projeto e da sua composição.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Hoje, o projeto envolve pesquisadores de 14 universidades públicas e se vale de conhecimentos concretos, de situações concretas. São produzidos fascículos. No meio, há mapas produzidos pelas próprias comunidades, assim como boletins informativos também produzidos pelas próprias comunidades e impressos nos nossos laboratórios.

Ali no mapa, V.Exas. têm a oportunidade de ver a abrangência do projeto no País atualmente. A despeito de ser chamado de Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, como V.Exas. podem verificar, ele abrange também o Sul do País: Santa Catarina, Paraná e Planalto Meridional, onde estão as comunidades de faxinais. Não



sei se V.Exas. têm conhecimento disto, mas onde há faxinais, há cipozeiros — em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul.

O projeto abrange o Espírito Santo, onde há uma expressão quilombola muito grande; Rio de Janeiro; Pernambuco, no Sertão, também com comunidades quilombolas; Piauí; Maranhão; Acre; e Rondônia. São 15 os Estados cobertos pelo projeto até o momento. O projeto tem 11 anos e funciona com trabalhos intensos. Ele envolve 40 doutores, 80 mestrados, doutorandos e mestres. Os agentes principais são os responsáveis pelos mapeamentos: a Sra. Cledeneuza, que está aqui, o Sr. Esmael, o Sr. Leonardo, o Sr. Danilo, presente na plateia. São os quilombolas e os indígenas das próprias comunidades que produzem esse conhecimento, e isso é o elemento distintivo.

Quanto às formações acadêmicas dos nossos doutores, temos biólogos, antropólogos, economistas, sociólogos. Lembrem-se da ironia do Deputado Edmilson Rodrigues, quando cumprimentou a Profa. Jurandir: é uma economista que tem ligação com a antropologia e que também trabalha com biólogos, além de ser doutora em Geografia. Ou seja, nós temos muito forte a ideia da interdisciplinaridade, da pluridisciplinaridade.

O projeto tem essa área de abrangência e tem esses produtos. Eu acho que esse é o ponto central da nossa reflexão. Já produzimos também, com todo o respeito aos senhores, por exemplo, uma matéria sobre o desmatamento no Congresso Nacional. Esse é um trabalho que nós produzimos, porque temos também outros pesquisadores, outros antropólogos, como a Dra. Márcia Anita Sprandel, além de outros grandes colaboradores do projeto.

Por exemplo, os senhores podem observar que, só em 1 ano, neste Congresso, em que estamos nos pronunciando neste momento, nós tivemos cerca de 600 proposições ligadas a desmatamento. Curiosamente, ninguém diz que é a favor do desmatamento. Todos dizem que são contra o desmatamento. Entretanto, há mais de 300 proposições aqui que facilitam o desmatamento. Ou seja, esse problema está lá nas comunidades, mas também está aqui dentro do Congresso Nacional, dentro desta Casa. Conservar é uma dificuldade do País.

Eu fiquei satisfeito por ouvir o Deputado Edmilson Rodrigues falar a respeito da composição da Comissão de Meio Ambiente, face a outras. Hoje nós temos



Frentes Parlamentares que, em relação à Amazônia, têm tido atitudes muito limitadas. Não é por acaso que o desmatamento aumentou 16%, se confrontado com o do ano passado.

Vou finalizar a minha fala e passar a palavra aos outros participantes. Antes, ressalto que se trata de iniciativas simples de mapeamento.

Peço ao Marcelo que projete os outros mapas, por favor.

Aí estão os fascículos. Por exemplo, esse mapa retrata a Guerra do Carvão e mostra onde estão as carvoarias. Todas estão georreferenciadas e são conhecidas. Os lugares de incidência de trabalho escravo são conhecidos e estão georreferenciados. Tudo isso é uma realidade marcada.

Então, o País tem mapeados os pontos da sua destruição, ou seja, tem consciência de quem está destruindo e de como está destruindo. Quem desmata no País não é anônimo: há a lista dos desmatadores, há a lista de quem pratica trabalho escravo, há a lista de onde estão as carvoarias, há a lista dos grileiros. Portanto, a informação é conhecida. Tem-se o conhecimento concreto da situação. Entretanto, há uma vertente que usa os recursos de maneira indevida e tem na devastação o seu ponto de vista. Isso afeta profundamente a vida de povos e comunidades tradicionais.

Eu acho que hoje temos uma oportunidade de tratar do assunto. Eu fico muito satisfeito por V.Exas. nos receberem aqui, no último dia desta Legislatura. Nós estamos tendo a oportunidade de falar, e tenho certeza de que essa fala não ficará só aqui: como bem frisou o Deputado Edmilson Rodrigues, esta reunião está sendo transmitida e alcança projeção nacional. Portanto, estamos falando a um público bem amplo, não só ao público que está aqui. Nossa presença aqui transcende a presença dos que estão nos ouvindo agora e vai para um outro plano de comunicação. Daí a importância de estarmos aqui.

Vamos deixar aqui todas as publicações, para que V.Exas. possam ter uma ideia precisa do projeto.

Desde logo, eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Dr. Alfredo, houve uma pergunta da jornalista Carolina, num programa da Câmara: *“Há um projeto de lei relacionado a esse projeto?”* Eu não conhecia esse trabalho acadêmico que



mostra as leis que interferem no tema, e todas passam pela Comissão de Meio Ambiente. Nós temos tido muitas vitórias, mas também muitas derrotas aqui.

A cartografia social é um instrumento necessário para qualquer Governo sério. É um instrumento de planejamento que pode se transformar em política. Pode haver até base legal para que seja transformado em instrumento oficial.

Eu queria ouvir a sua opinião, para concluir esta introdução.

**O SR. ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA** - Eu agradeço a pergunta. Hoje, todas as associações dos povos de comunidades tradicionais mais vinculadas ao projeto — o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, o Movimento dos Atingidos por Tucuruí, o Movimento dos Atingidos pelas Hidrelétricas do Madeira — vivem conflitos.

Ora, a universidade não é o lugar para receber o conflito. A universidade é o lugar da reflexão. Entrementes, nós somos procurados como se pudéssemos contribuir para solucionar o conflito. Quer dizer, há uma ausência de reflexão sobre os conflitos, conflitos que duram muito. Vejam o caso de Alcântara: o decreto é de 1980, e 159 comunidades quilombolas estão absolutamente sem saber de seu destino desde 1980. Saem ou não saem? Vão ou não vão sair? Essa é uma discussão que não termina. Em Tucuruí ocorre a mesma coisa: o conflito dura há já 42 anos.

Então, nós estamos falando de problemas que não são do momento. A universidade pública tem a função de registrar isso, mas certamente não há uma política pública que dê conta desse tipo de conflito, que acelere a resolução desse de conflito. É como se nós estivéssemos acostumados a conviver com a tensão e com o conflito o tempo todo, levando isso ao limite.

Eu acho que uma sociedade que leva ao limite a situação de conflito é uma sociedade que vive no fio da navalha. Não sei se eu consigo passar para os senhores a percepção de que as pessoas estão vivendo no fio da navalha, o tempo todo: elas não sabem o dia de amanhã, não sabem se vão ser deslocadas ou não.

Por exemplo, a D. Cledeneuza é do Polígono dos Castanhais. O Polígono dos Castanhais acabou, foi praticamente todo devastado. Em 1985, nós estávamos tratando aqui de preservar o Polígono dos Castanhais. Passaram-se 20 anos, 25



anos, e acabou o polígono — foi destruído completamente. Quer dizer, o maior polígono de castanhais das Florestas Tropicais do mundo acabou.

Enfim, não existe uma política, e uma cartografia que reconheça os direitos territoriais desses povos de comunidades é fundamental para sua criação. É fundamental criarmos uma política que consiga traduzir a resolução dos conflitos de maneira mais incisiva e mais efetiva.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Vamos ouvir agora a Dra. Jurandir Novaes, Profa. da Universidade Federal do Pará — UFPA. Ela é economista de formação e tem doutorado em Geografia, pela USP, de modo que ela tem realmente a riqueza de dialogar com várias ciências. Sua relação acadêmica de longa data em trabalhos realizados sob a coordenação do Prof. Alfredo lhe trouxe esta diferença: ela abandonou a econometria para pensar a economia como um instrumento de justiça social.

Tem a palavra a Profa. Jurandir Novaes.

**A SRA. JURANDIR NOVAES** - Obrigada, Deputado Edmilson Rodrigues.

Bom dia a todos os componentes da Mesa.

O Prof. Alfredo Wagner, como o Deputado Edmilson já mencionou, tem me ajudado em minha trajetória, assim como a convivência com o professor, ex-Prefeito, arquiteto e Deputado Edmilson, com a D. Cledeneuza, com o Esmael e com o Sr. Leonardo. Essas pessoas nos ensinam todos os dias e são a razão pela qual nós estamos aqui.

Eu também vou ser muito breve.

No início da reunião, lembramos dos que já se foram. Se o Esmael me permitir, vou falar antes dele sobre o seu Roque.

O seu Roque é uma liderança da reserva Ipaú-Anilzinho, no Município de Baião, no Estado do Pará, uma reserva que vive uma situação de conflito com madeireiros. Ele é um lutador, ou melhor, era, até pouquinhos horas atrás, até pouquinhos minutos atrás, porque ele acabou de falecer. Ele esteve conosco nas duas oficinas de Tucuruí, não foi, Esmael? Era um lutador, uma liderança muito importante na região e vai fazer uma falta imensa àquela reserva, já que era lá a principal referência.



Talvez o Esmael fale melhor sobre as circunstâncias em que ocorreu a morte do seu Roque, que sofreu um AVC há 4 dias. O Esmael estava chorando até há pouco, porque ficou sabendo da notícia quando estávamos na *van*, vindo para cá.

Eu estou fazendo um artigo para um trabalho que estamos desenvolvendo. Não estive na atividade que houve em Belém há uns 3 meses, mas o seu Roque esteve lá, a convite da Profa. Rosa Acevedo, uma das coordenadoras da nossa equipe. Ele já havia estado conosco, e eu queria usar algumas de suas falas no meu artigo. Então, a Profa. Rosa me disse: *“Eu vou lhe passar a fala do seu Roque no evento que realizamos em Belém, que foi muito bonita, caso queira utilizá-la em seu artigo”*.

Eu vou ler aqui um trecho da fala do seu Roque, que acabou de falecer. Ele era um homem altivo, vigoroso, lutador, muito alegre. Ele disse assim, nesse evento que houve lá em Belém:

*Eu fico triste de estar preso dentro de casa quando alguém está fazendo coisas piores lá fora, está solto. Então, eu não vou falar com quem não me interessa. Eu me sinto muito feliz de morar lá na reserva e vou contar algumas historinhas pelas quais a gente passou.*

*Nós enfrentamos 5 anos de luta, muito atormentados por fazendeiros. Lutamos 5 anos até conseguirmos ganhar a questão com o fazendeiro. Passado o tempo, a gente lutou para criar a Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. Hoje a gente está lá dentro, através de outra nova, de uma grande luta, uma grande conquista e, vou dizer, por uma grande felicidade.*

*Então, hoje estou aqui contando essa história para vocês, apesar de que também há muita coisa que a gente nem pode expor tanto, porque a nossa vida como liderança é um pouco privada, e a gente não pode expor tanto.*

Em seguida ele fala das castanheiras, fala bem mais, mas eu queria só fazer esta homenagem, lembrar que ele acabou de partir, no hospital em Tucuruí.



Como o Prof. Alfredo já disse, esse projeto é, vamos dizer assim, a combinação de uma militância com um trabalho acadêmico muito engajado. Ele é um trabalho que procura levar para a academia uma reflexão que também se dá num espaço de conflito, uma vez que levar para a universidade um debate como este, uma Mesa com esta composição, não é algo usual. Ele rompe o espaço da universidade ao levar para dentro dela, por meio de boletins, um saber acadêmico que é construído.

São diversas as modalidades: fascículo, caderno, livro, mapa, vídeo, apresentação de eslaides, catálogo. Ou seja, trata-se de uma combinação de materiais com uma reflexão teórica apoiada em trabalho de campo rigoroso que contempla o princípio abordado pelo Prof. Alfredo: a observação direta, o respeito e o registro do que é relevante para esses movimentos sociais, para aquilo que eles estão vivendo.

Nós estamos propiciando, eu poderia dizer, aproveitando a presença do doutor em Geografia à Mesa, uma nova geografia, uma releitura do que é a geografia, na perspectiva de uma cartografia social e política da Amazônia. Esse, aliás, é o título de um programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Maranhão implantado no âmbito desse projeto. Lá estão sendo formados mestres em cartografia social e ciência política — o Danilo é um dos mestres formados na primeira turma e defendeu sua dissertação recentemente.

Essa relação entre a universidade e os movimentos é o que, a nosso ver, faz da cartografia essa experiência que vem redesenhando o Brasil e dando visibilidade a uma nova forma de organização daquilo que nós chamamos de sociedade. Que sociedade é essa? É uma sociedade totalizante? É uma sociedade homogênea? É uma sociedade indistinta?

A diversidade a partir da qual o que nós chamamos de sociedade brasileira vem se constituindo é invisibilizada, deliberadamente, e é invisível — mas não tão invisível, por causa do resultado de suas lutas.

Às vezes se questiona o uso do termo “luta” em trabalho acadêmico. “Luta” é um termo adequado para essa reflexão? Nós consideramos que sim, porque a luta pressupõe uma compreensão, uma interpretação, uma vivência, uma prática coletiva



e pressupõe aquilo sobre o que o Prof. Alfredo tem refletido teoricamente e denominado de identidades coletivas.

O que são identidades coletivas? Nós temos aqui à Mesa quebradeiras de coco, atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí, atingidos pela Base de Lançamento de Alcântara. Podemos identificar uma multiplicidade de identidades referidas a esses grupos. Por exemplo, não existe uma quebradeira de coco em geral. A D. Cledeneuza é coordenadora de uma cooperativa, ela exerce uma atividade de produção de trabalho. Outras quebradeiras são quilombolas e muitas vezes se autodenominam trabalhadoras rurais.

A distinção e o reconhecimento desses diferentes lugares e dessas diferentes identidades mostram a diversidade. Em cada um dos mais de cem fascículos há uma forma de representação. Ao falar sobre quebradeiras de coco, falamos também sobre a hidrelétrica de Marabá. Quem abre este boletim vê que uma das fotos mais lindas, assim como a fala que a acompanha, é relativa aos babaçuais, que estão desaparecendo em razão dos grandes projetos, que inundam, que desmatam, que devastam, que queimam.

O título deste boletim é *Direito de Dizer Não à Hidrelétrica de Tucuruí*. Há nele um conjunto de situações que dão a dimensão dessa multiplicidade de representações, que não é nada mais nada menos do que a multiplicidade dos efeitos que recaem sobre esses povos e comunidades tradicionais.

No boletim *Quilombolas da Ilha de São Vicente*, ilha que fica no Tocantins, estão falas dos próprios quilombolas que vão contando sua forma de viver, sua luta, seus antagonistas, os conflitos com os quais se defrontam. Um terço do fascículo fala de sua relação com o babaçu. É muito interessante, e não é provocado. Nós não chegamos lá e fazemos oficinas seguindo roteiros e fazendo apenas as perguntas que queremos fazer. As narrativas decorrem da relação que surge no decorrer das oficinas, porque as oficinas não são uma técnica, mas um procedimento de trabalho e de pesquisa que permite explicitar as diferentes estratégias implementadas nessas áreas, por esses grupos e também pelos agentes com os quais eles se defrontam no seu dia a dia. Neste fascículo *Quilombolas da Ilha de São Vicente*, o que mais chama a atenção é a floresta de babaçu.



Aqui está outro boletim, agora sobre os afroreligiosos de Belém — vem bem a calhar na Comissão de Meio Ambiente. Uma das principais lutas do povo de terreiro é ter acesso às áreas públicas, aos parques. Eles vivem nas áreas urbanas e cada vez menos têm acesso a coletar ervas e a exercitar suas práticas. Estão sendo expulsos para as periferias das cidades porque não têm como exercitar sua prática religiosa.

Sobre as quebradeiras, a D. Cledeneuza vai falar depois.

Outro fascículo é *“Linhão” nas Comunidades Quilombolas de Viana*. É o babaçu, é a roça, é a pesca, é a cerca elétrica que está cercando os lagos, uma vez que essa é uma região da Baixada Maranhense, onde existem lagos e rios que se encontram na Baía de São Marcos. O “linhão” é um grande projeto técnico de infraestrutura que está presente em Tucuruí, está presente em Viana, está presente em Marabá, entre os indígenas krikati e parkatêjê.

Então, há projetos, ações do Estado e dos agentes privados que interferem na vida dessas pessoas, que desestruturam esses povos e dessas comunidades tradicionais. Portanto, olhar a capa de um fascículo não é suficiente. É sobre isso que falamos quando falamos sobre as múltiplas identidades, sobre os efeitos variados, sobre as diferentes formas a partir das quais essas estratégias se expressam na relação com povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Brasil. A nova cartografia social tem empreendido grandes esforços nessa produção acadêmica articulada com os movimentos, a fim de lhes dar visibilidade — não se trata de produzir material para ser arquivado, para ser guardado na estante.

Sobre esse material, Sr. Esmael, D. Cledeneuza e o Sr. Leonardo poderão falar melhor do que nós pesquisadores. Vamos deixar que eles falem de suas situações e se refiram aos mapas que temos aqui, sobre os quais poderão falar com mais propriedade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Quem me conhece sabe que eu tenho uma espécie de bloqueio diante de certas normas. Peço desculpas porque eu tumultuei a abertura e dei um certo grau de informalidade à reunião, o que é bom, porque estamos entre amigos. No entanto, deixei de registrar que o Presidente Átila Lira não pôde vir, mas providenciou uma fala para nós todos.



Aproveito para dizer que tive a honra de ir no Piauí recentemente, baseado numa decisão da Comissão, para debater a implantação dos comitês de bacia, que dizem respeito a 90% dos Municípios do Maranhão, a alguns Municípios do Piauí e do Ceará e ainda, de forma residual, a alguns de Tocantins e da Bahia. Foi um lindo debate — os funcionários, sempre presentes, deram todo o apoio. Vimos a importância do espaço legislativo. A despeito de termos hoje uma data histórica — a partir das 14 horas, o Supremo estará debruçado sobre a possibilidade de cassar o mandato de Deputado do atual Presidente da Câmara —, apesar dessas situações, contraditoriamente aqui se produz muita coisa positiva. Aqui também é um lugar de resistência.

Pois bem, senhores e senhoras, passo a fazer a leitura do pronunciamento enviado pelo Presidente Átila Lira.

“Sras. e Srs. Deputados, ilustres membros da Mesa, senhoras e senhores presentes, sabemos que a Amazônia constitui um dos maiores patrimônios da Nação brasileira, sob diversos aspectos: ambiental, científico, cultural, social, econômico e político.

Realizamos, em 2015, audiências públicas de debate nesta Comissão tratando sobre os desafios enfrentados pelo Estado brasileiro no combate ao desmatamento, na proteção de sua biodiversidade e no desenvolvimento da região de forma sustentável, conciliando o respeito ao meio ambiente e aos povos que ali vivem, com a melhoria dos indicadores econômicos e sociais.

A Amazônia abriga aproximadamente 30 milhões de pessoas. Essa população inclui mais de 400 mil indígenas que conformam 220 povos diferentes. Inclui também comunidades tradicionais como seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e quilombolas, entre outros, que dependem diretamente dos recursos naturais da região para sua subsistência.

Nesta manhã, teremos a oportunidade de ouvir especialistas que trabalham diretamente com comunidades tradicionais e povos indígenas da Amazônia e desenvolve um trabalho pioneiro no uso de modernas tecnologias de cartografia como elemento de autoafirmação social e cultural dessas populações. O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia promove mapeamento pelas comunidades tradicionais do processo de ocupação e uso do solo e do bioma da Amazônia.



A iniciativa de realização desta audiência é do Deputado Edmilson Rodrigues, que tem atuado juntamente com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na busca de um verdadeiro caminho de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e para o Brasil.

Muito obrigado”.

Eu também agradeço ao nosso Presidente, Deputado Átila Lira.

Agora vamos ouvir aqueles que são a razão da cartografia social, desse grande projeto acadêmico e social, no sentido amplo do termo.

Concedo a palavra ao Sr. Esmael Rodrigues Siqueira, que era bem mais jovem quando ocupava a porta do projeto da hidrelétrica.

**O SR. ESMAEL RODRIGUES SIQUEIRA** - Em nome do Deputado Edmilson Rodrigues, quero cumprimentar a Mesa e os demais participantes.

Quero dizer, Sr. Deputado, que este é um momento único, é um momento ímpar, em que temos a oportunidade de falar, de expor na prática o que vem acontecendo ao longo da nossa vida.

Eu nasci no Município de Baião, onde havia muita fartura: muito peixe, muitas ervas medicinais, um extrativismo completo. Eu fui obrigado a sair do meu berço em função de impactos causados à região, dada a falta de planejamento, de um programa, de uma infraestrutura sequer que viesse atender ao social. Nasci tomando a água cristalina do Rio Tocantins e saí de lá tomando água da cor de café, em função do barramento do Rio Tocantins, com a construção da hidrelétrica de Tucuruí, há 42 dois anos.

Fica muito difícil expor todas as situações, porque são tantas, que ninguém sabe quais são as prioridades. Eu já nem imagino quantas e quantas vezes falaram em preservação e conservação, quantos e quantos companheiros já morreram por causa dessas palavras. Na verdade, a cada dia que passa, vão-se mais, e há outros tantos programados para ir, porque existe um consórcio para matar lideranças. Existem listas com nomes de lideranças marcadas para morrer em mãos de grupos poderosos economicamente.

Eu estou num programa de proteção no qual eu não confio. Eu não quero de jeito nenhum ninguém me vigiando 24 horas por dia. Eu não quero isso. Meu



primeiro guardião é Deus, depois meus próprios companheiros, que são verdadeiros para mim.

Em função disso, eu perdi, hoje de manhã, um companheiro, uma pessoa guerreira, uma grande referência, um lutador. Ele não morreu por meio de uma bala, de um tiro. Mataram-no de forma pior do que isso: com pressão, com ameaças. Vocês talvez nem imaginem que a morte se dá por vários aspectos, e um deles é a pressão, a ameaça. Você não consegue dormir mais, preocupado, sem saber se vai morrer de manhã, se vai morrer à noite, se vão arrebentar a porta da sua casa e entrar para lhe dar um tiro e acabar com a sua família.

Na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, eu conquistei muitas vitórias. Eu entrei nesse programa de proteção em função da criação da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho e do Lago de Tucuruí, formado de ilhas artificiais com as sobras da inundação. Ali moravam 5.700 famílias, que foram relocadas. Muitos morreram com a pistolagem, foram jogados no rio gelado, como é do conhecimento do próprio Deputado Edmilson. Eles se depararam com um grupo de fazendeiros altamente poderosos e ali morreram. Em função desses grandes impactos e desses crimes praticados, a gente vem lutando, buscando direitos, gritando na porta, fazendo acampamentos, ocupações, entendendo o direito das pessoas, buscando-o, somando-nos a isso. Mas, infelizmente, as coisas acontecem justamente por causa da morosidade do Judiciário, que não faz absolutamente nada para proteger o cidadão.

A reforma agrária tradicional é uma reforma agrária falida. Trabalha-se pela criação de unidades de conservação, que se tornam uma reforma agrária ecológica, para proteger os princípios e a cultura do povo daquela localidade — trabalhamos, gritamos, batemos em portas —, mas, infelizmente, quando a unidade de conservação é criada, a partir do momento em que é isso é decretado, ela também é abandonada pelas instituições que deveriam ser responsáveis por aquela unidade, protegê-la, dar apoio à comunidade, ampará-la. Elas não fazem nada, absolutamente nada.

As unidades de conservação foram criadas há mais de 10 anos e até hoje estão sem plano de manejo, sem regulamento, sem plano de uso. A situação ficou pior do que antes.



Nós trabalhamos pela criação da Unidade de Conservação do Lago de Tucuruí, duas RDS, um mosaico de unidades de conservação. Sinto muito em dizer — eu falei isso para a Profa. Jurandir, para a Profa. Rosa e até para o Prof. Wagner —, mas eu, muitas vezes, me arrependo de ter criado as unidades de conservação de Ipaú-Anilzinho e do Lago de Tucuruí. Nós tivemos o trabalho de orientar as pessoas sobre a importância da vida deles junto ao meio ambiente, de educá-las para a proteção, para a conservação, e eles foram bons alunos, entenderam nosso recado, mas hoje essas pessoas estão vivendo em estado de miséria. Elas não plantaram. Esperaram o plano de uso, esperaram o plano de manejo, mas isso até hoje não saiu do papel. Essas comunidades estão sofrendo, estão pagando o preço por quererem conservar, por quererem proteger.

Dentro desse mosaico existem 380 famílias que vivem em zona de preservação de vida silvestre, Deputado. Esses lugares são ricos, realmente, têm uma biodiversidade completa, com muitos animais — muitas onças, muitos porcos, muitos jacarés, muitos outros tipos de caça —, rica. Zona de preservação de vida silvestre essa criada por lei constituída. Os fiscais da ELETRONORTE muitas vezes vão lá, junto com a Polícia Militar, derrubam as casas, batem nas pessoas. Há pessoas com sequelas por causa de pancadas. Até hoje isso vem acontecendo, em pleno século XXI, Deputado.

Foi feito o cadastro dessas famílias para que elas possam sair dali. A ELETRONORTE é responsável por essa unidade de conservação, mas ela não retirou de lá até hoje, Deputado, e eles vêm sofrendo um tipo de pressão. É como se dissessem assim: *“Nós vamos te pressionar até tu abandonares tudo isto aqui”*.

Houve pessoas que fizeram como Noé, na época em que ocorreu o dilúvio. Pessoas foram sendo expropriadas, quando começaram a inundar os cerca de 2.400 quilômetros quadrados de águas, ilhas, terras, florestas, castanhais, açazais. Tudo começou a inundar. Eles não tiveram para onde ir. Pegaram cachorro, galinha, porco e filhos, botaram tudo no barco e ficaram rodando no meio das águas. Encontraram ilhas, sobras de terras das serras que foram inundadas e que se tornaram ilhas artificiais, e disseram: *“Aqui nós vamos criar os nossos filhos, aqui nós vamos morar”*. Hoje eles estão sendo expulsos de novo dessas áreas sem direito a nada.



Eu tenho uma grande preocupação, Deputado Edmilson Rodrigues. As árvores não ficaram todas em pé nesses 2.400 quilômetros quadrados. As castanheiras, as madeiras comerciais, Deputado, foram mortas, porque aplicaram nelas o chamado agente laranja. Se as árvores foram mortas pelo herbicida agente laranja, houve sobra. A sobra foi para a raiz. Eles passavam de manhã aplicando o produto, quando chegava a tarde, estavam caindo as folhas. Eles cortavam o pé e a ponta da árvore, botavam-na em uma carreta e iam embora. Hoje, essas raízes estão se decompondo. Elas ainda estão se decompondo. Estudo prévio feito pelo Instituto Evandro Chagas e algumas universidades, como a Universidade Federal do Pará, a pedido do movimento social, com apoio do Ministério Público — que, pela primeira vez, apoiou o movimento social —, já constatou a existência de um nível muito elevado de mercúrio no lago de Tucuruí.

Como se isso fosse pouco, hoje, no lago de Tucuruí, nessas ilhas artificiais, moram cerca de 8 mil famílias. Cerca de 12 mil pessoas sobrevivem ali da pesca. A pesca é a fonte principal. Eles estão ameaçados hoje não só pela qualidade da água, mas também pelo derrocamento do Lourenção, que vai ser dinamitado. Essas 12 mil pessoas vão ficar sem suas áreas de pesca, porque não há planejamento. Nunca se fez uma audiência pública em Tucuruí para decidir como vai ficar a situação desses pescadores. Já houve audiência pública sobre o Lourenção, em Recife, em Araguaína e não sei onde, acho que até fora do País, Deputado, mas no local, nunca foi feita nenhuma. Da mesma forma, nenhuma audiência pública sobre a eclusa de Tucuruí foi feita.

Em 2007, Deputado, nós ocupamos a eclusa de Tucuruí. Isso ocasionou a minha prisão. Passei 44 dias preso no Complexo Penitenciário de Americano, em Belém, a mando da Governadora Ana Júlia — especificamente a mando dela. Ela disse: *“Vão lá e busquem o Esmael, o Odécio e o Roquevam... Estão aqui os nomes”*. Foi dessa forma. Tanto é que nós fomos presos em um domingo sem nenhum mandato judicial — sem nenhum mandato judicial! —, sem nenhuma reintegração de posse. Por quê? Porque nós estávamos querendo discutir. Nós estávamos pedindo audiência pública e discutindo demanda de 42 anos atrás. Eu acho que 50% dos velhinhos já morreram, Deputado. Existem filhos e netos ainda



discutindo isso para receberem o direito deles, porque foram lesados, roubados pelo empreendimento.

É triste falar em hidrelétrica, porque muitos entendem que a hidrelétrica representa só desenvolvimento, não tem problema nenhum, é um paraíso. Não é isso. Há sequelas. Empregos são paliativos.

Altamira está pior do que Tucuruí, muito pior, e vai ficar pior ainda. Está um caos! Assim vai ficar também Marabá, além do grande impacto ambiental. Ninguém pode mais se sentar em frente de casa em Altamira, porque é roubado. A cidade inchou. Não há planejamento. Chegam como um rolo compressor e dizem: *“É aqui que vai ser implantado”*, e pronto. A audiência pública não vale nada. Discutimos, discutimos, discutimos, e eles fazem. Não é aprovado pela audiência pública, mas eles fazem do mesmo jeito, ou até pior, porque eles entendem que têm que vender energia. E nós pagamos a energia mais cara do planeta. Eu acho que a energia de Tucuruí é a mais cara do Brasil, e é onde está implantada a usina hidrelétrica.

Então, nós ocupamos a eclusa, Deputado, também porque estávamos preocupados com o uso da amônia e da dinamite que estava sendo usada para abrir o canal para a eclusa. O resíduo de tudo isso estava sendo jogado no meio do rio Tocantins. E foi jogado no rio Tocantins. É lamentável, mas nós encontrávamos camarão e todo tipo de peixe boiando, morrendo. Nós tínhamos uma produção muito grande de culturas como maxixe, quiabo, melancia e outras.

Eram muitos os vazanteiros. Depois que começaram a construir a eclusa, se nós quiséssemos comer esses tipos de verdura, nós teríamos que comprar o que vem do Centro-Oeste, com agrotóxico e outras mazelas. As coisas naturais nós não temos mais.

E o pior disso tudo é que essa água do Rio Tocantins está atingindo de Tucuruí a Abaetetuba, mais de 100 mil famílias — muito mais que isso! Elas utilizam essa água, bebem essa água. E nós não sabemos até hoje qual vai ser o futuro dos que virão a nascer. Qual problema essas mulheres vão encontrar na sua gravidez, tomando esse tipo de água? Porque do pé da rocha sai a lâmina, e há o resíduo da amônia. Não nasceu mais nada! Onde a água chega não nasce mais nada.

E quando nós batemos em cima disso, aconteceu o que aconteceu com a gente.



Eu vou dizer uma coisa, Deputado: eu achava que não havia mais solução para o movimento social. Aí apareceu a Jurandir, trazendo um incentivo, uma energia. *“Vamos lá, Esmael. Nós precisamos discutir o movimento. Nós precisamos buscar fortalecer isso aqui, para mostrar a história de vocês, resgatar essa cultura. Vamos, Esmael! Está aqui uma nova cartografia. Nós estamos aqui. Nós estamos vivos. Nós somos companheiros”*.

Muitos já se foram, a exemplo de Luzio, um grande companheiro, que faleceu. Ele se foi, desgostoso da vida. De tanto beber, morreu. O companheiro Raimundinho se foi também. Hoje, o Roque se foi. E outros que não sabemos também se foram.

Aqui nós estamos discutindo isso. Você diz que esta audiência pode ser transmitida ao vivo, Deputado. Talvez, esse “ao vivo” hoje seja a nossa morte amanhã, porque alguém também está ouvindo e está vendo quem está batendo. Mas eu nunca tive medo disso. Não, eu nunca tive medo disso. Se eu tivesse medo, já tinha saído disso.

Mas eu acho, Deputado, que você tem uma grande vitória na sua mão. Não é de hoje que a gente vê essa situação. Eu sei o que houve no seu Governo, em Belém, como Prefeito. Eu participei de uma mesa daquele encontro americano contra o neoliberalismo, que foi muito importante! O movimento foi puxado pelo seu Governo. Aquilo foi fantástico! A gente já falava disso. Dez anos atrás eu já dizia que, em 20 anos, nós não iríamos ter água.

Porque você ia ao médico, e a primeira coisa que ele dizia, Deputado, era: *“Olha, tome bastante água, para manter o corpo hidratado”*. E eu dizia que esse problema iria ocorrer daqui a 10 anos, mas veio muito rápido. Hoje, o médico diz: *“Olha, tome só um copo de água, porque nós não temos água no planeta”*. *“Tem 1 litro de água para você banhar”*.

Será que somos nós mesmos os culpados? Eu ainda sou muito radical nesse lado aí, Deputado. Sabe por quê? Porque a culpa só cai em cima da gente. A culpa só cai em cima do pobre, principalmente o trabalhador. Por quê? Dizem logo que ele gasta muito água, que ele não tem cuidado com as nascentes.

A usina hidrelétrica de Tucuruí matou mais de sete mil fontes de água! Ela matou mais de sete mil fontes de água, e ninguém fala nada! Ela matou as árvores utilizando o chamado “agente laranja”, mas agora esse veneno está se



decompondo. Portanto, a água não presta! E o culpado é o pobre? Somos nós os culpados?

Eu não vou entrar muito nisso, até porque o meu tempo está curto também. Mas eu quero dizer da importância dessa cartografia para nós. Ela foi, assim, um sonho que hoje está se realizando. A gente tem muitos e muitos trabalhos ainda para fazer, muitas e muitas visitas, Dr. Alfredo. Há muitos e muitos povos que estão ali esquecidos.

Nós precisamos que esta Comissão de Meio Ambiente olhe para nós e diga assim: *“Nós vamos fortalecer essa luta de vocês. Nós vamos apoiar essa luta de vocês. Nós vamos criar mecanismos para fazer estudo dessa água. Nós vamos criar mecanismos para irmos também para o embate com vocês”*.

No dia daquele encontro lá em Belém, de que eu acabei de falar, programado pelo ex-Prefeito e hoje Deputado Edmilson Rodrigues, eu já dizia que a vontade da gente era fazer a universidade pular desse muro para fora. Eu dizia isso porque ela só ajudava a elaborar as leis, mas não sabia como isso tudo caía nas nossas costas. Isso era muito pesado para nós!

E hoje — graças a Deus! — ela sai, está com vontade de ir para o campo. A prova está aqui: a nova cartografia. Essa já é a prática do trabalho. Nós não podemos, Deputado, deixar isso acabar. Em todos os encontros de que nós participamos, tanto eu quanto outras lideranças, dizemos que a nova cartografia não é só nova, ela vai ter que ter sequência. E digo isso porque tem gente cobrando! Tem comunidade cobrando! Tem comunidades indígenas cobrando!

Onde eles me veem, eles já dizem: *“Esmael, por que você não botou a gente nessa revista também? Nós queríamos falar. Nós temos um problema!”*

Anteontem, Deputado, eu recebi a visita de um cacique dos parakanãs, que foram relocados pela usina hidrelétrica de Tucuruí. Ele me disse: *“Esmael, eu queria que você me ajudasse numa coisa.”* Eu disse: *“O que é?”* *“Meu filho é motorista, trabalha há 4 anos para um convênio numa caminhonete aí, e não recebe nada!”*

Eu disse: *“Mas tem um convênio da parakanã com a ELETRONORTE, tem um convênio com o DNIT. Tem vários convênios. E vem o pagamento de motorista, com certeza!”* *“Mas, meu filho, a mulher dele quem sustenta sou eu.”*



É trabalho escravo, trabalho escravo que precisa ser descoberto! Porque nós estamos cansados de chegar à porta do Ministério Público, Deputado, e cobrar isso.

Tenho um documento aqui que prova que eu denunciei o Procurador da República em Tucuruí. Eu fui cobrar dele um esclarecimento sobre uma lei. E sabe o que ele disse para mim, Deputado? Ele me mandou estudar e ocupar o lugar dele.

Para mim, isso foi discriminação. Isso, para mim, foi racismo. Isso, para mim, foi constrangimento. E é necessário, sim, que se tome providência com relação a esse tipo de pessoa, porque eles não estão representando a sociedade. Eles já têm uma opinião formada. Eles já têm tendências, mas não é para defender o direito do pobre não, tanto é que anteontem ele não compareceu à audiência que nós já tivemos com relação aos expropriados, Deputado Edmilson Rodrigues — uma vitória e tanto que nós estamos conseguindo em cima dessa questão!

Mas aquele Procurador, na ação que ele assinou, mesmo citado, ele não compareceu à audiência. Isso demonstrou o comprometimento dele com o empreendimento! Ele está mandando a gente estudar, mas não comparece à audiência da ação à qual ele dá entrada. O que isso demonstra? Nós ficamos desamparados com isso.

Mas, Dr. Alfredo, Jurandir, Deputado Edmilson Rodrigues e demais companheiros, eu digo a vocês uma coisa: a nova cartografia não é só um livro para mim; ela é uma injeção de ânimo, é energia positiva. Ele me acordou também. Nós precisamos muito dessa nova cartografia e temos muita coisa para fazer.

Vocês precisam conhecer a prática, para não ficar só na teoria. E vocês vão ver a riqueza que essa cultura tem. É necessário vocês conhecerem isso, com certeza! Eu convido vocês a fazer parte desse processo junto com a gente. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Eu lhe agradeço, Esmael. Obrigado pela contribuição. Foi uma intervenção emocionante! Infelizmente, a gente não tem mais tempo para ficar ouvindo você mais horas ainda. Realmente, é a história contada por quem a faz. E eu fiquei aqui lembrando de tantos momentos da minha participação como cidadão militante e tenho que segurar as emoções!

Com a palavra a Sra. Cledeneuza Maria Bizerra de Oliveira.



Antes da fala da Sra. Cledeneuza, eu queria dizer que daqui a pouco nós vamos aprovar a ata desta sessão. Gostaria de sugerir que esta sessão homenageasse o Sr. Roque Rodrigues dos Santos.

Quero também antecipar que, pelo nosso Regimento, as Comissões mudam a cada ano. Eu pretendo permanecer nesta Comissão, pois ela tem ajudado muito no meu crescimento pessoal. Eu já me comprometo a conversar com os senhores para realizar audiências em alguns lugares que vocês acharem importantes.

Em relação à Tucuruí, isso me toca muito. Para os senhores terem uma ideia, o lago chega a 48 quilômetros de largura por 120 quilômetros. Se pudéssemos pensar em um retângulo — é claro que ele é irregular —, é muita água. Surgiram mil, duzentos e tantas ilhas, que chamaram de artificiais. Então, o povo que foi expulso de suas terras ocupou essas ilhas. Foi um sofrimento, pois houve um problema de moscas e mutucas que quase inviabilizou a vida ali. Foi necessária a presença de cientistas do CNPq, do Museu Goeldi, para resolver o problema. Queimavam casca de coco para expulsar as moscas. Foi uma loucura! Depois de anos conseguiram reverter essa situação.

Tirando Itaipu, que é binacional, a maior usina hidrelétrica do Brasil, usina exclusivamente brasileira, é Tucuruí, que produz energia firme de mais de 9 mil megawatts/hora, garantindo o funcionamento de todo o Estado do Pará com menos de 20% de sua produção. O resto é para o Brasil funcionar. Contudo, até hoje as comunidades sofrem abandono por parte dos responsáveis. Quem são eles? Os agentes do Estado Brasileiro, especialmente os da Eletronorte, que é uma Estatal. Não há indenização.

Os indígenas parakanãs, gaviões, assurinis do trocará tiveram que ser deslocados. Os assurinis, que permaneceram na via que leva de Cametá até Tucuruí, foram sendo dizimados — e grande parte daquele povo sofre hoje com o alcoolismo, principalmente.

Há também o problema de violência sexual contra crianças indígenas. Isso é de doer no coração.

Eu tenho sido um defensor do fortalecimento do Ministério Público e tenho reconhecido publicamente que, se não fosse o Ministério Público, não teríamos, por exemplo, resistido em Belo Monte e em várias ações importantes em defesa dos



direitos do nosso povo e da soberania Nacional. Mas é claro que toda instituição — algumas mais, outras menos; felizmente, o Ministério Público é menos — é permeada por agentes concursados, de carreira de Estado, que não têm a mesma orientação da maioria.

Na semana passada, nós tivemos debates sobre São Luiz do Tapajós, por exemplo. Há 2 ou 3 semanas, no próprio Ministério Público, reunimos em torno de trezentos a quatrocentos indígenas. Havia Procuradores da República em favor do direito indígena, da preservação da floresta, da nossa biodiversidade, dos direitos do povo. Então, tem sido muito bom para resistir. Ainda hoje houve novas ações do Ministério Público em Altamira,

Eu queria me solidarizar aqui, mas sem querer acusar ninguém. Esse é um debate que quero fazer lá em Tucuruí, em Novo Repartimento ou em uma das ilhas. Nessas ilhas há 8.000 famílias que olham para aquele sistema de engenharia monstruoso — a maior hidrelétrica do Brasil — e veem a iluminação que a lei exige para que aviões e helicópteros não colidam. E essa luz ou a luz de lamparina ou de vela são as únicas que eles têm. Ou seja, apesar de o Brasil ser iluminado e as indústrias funcionarem com a energia de Tucuruí, as 1.200 ilhas estão na escuridão.

Além disso, os povos indígenas são agredidos.

Recentemente, tive que ir ao Presídio Estadual Metropolitano para conversar com um idoso de 78 anos, o Cacique Poraquê, do povo assurini do trocará, e com seu filho, ambos presos porque, em um momento de alcoolismo, apesar de ser uma liderança, ofendeu e ameaçou um Promotor. Por isso, foram presos, sob a acusação de que estavam comandando um desmatamento. É impressionante que prendam um cacique idoso, e os madeireiros nem sempre sentem o peso da mão do Estado para dar um basta nessa violência que se tornou estrutural e sistêmica. Daí a importância da cartografia social da Amazônia.

Desculpem-me pela emoção. Vamos em frente.

Com a palavra a Sra. Cledeneuza Maria Bizerra de Oliveira.

**A SRA. CLEDENEUZA MARIA BIZERRA DE OLIVEIRA** - Eu sou a Cledeneuza. Eu fui criada em São Domingos do Araguaia. Nasci em Marabá, mas fui para lá muito nova. Então, cresci com essa história, como ele falou aqui. Nós vivíamos felizes e não sabíamos. Nós tínhamos as matas, tínhamos tudo. Como



descendentes de maranhenses, não tínhamos muita coisa para viver, mas tínhamos coco babaçu, castanha, caça. E assim nossos pais nos criaram.

Depois, de certo tempo para cá, de 1970 para cá, foi acabando tudo. Antes de 1970 um pouquinho, começaram as serrarias; foram tirando todas as madeiras de lei, por último foram as castanheiras, e nós íamos ficando lá nessa terra. Depois da organização, eu lembro que, em 1983, eu havia estudado um pouquinho lá na minha região e era professora. Eu era uma professora leiga, mas era professora, que orientava. Então, junto com o professor Edmilson, que criou a Associação dos Professores, eu já participava dos movimentos.

Nós fomos entendendo que estavam tirando tudo de nós. O que fazer? A única forma era nos organizarmos, mesmo que fosse muito difícil, porque muita gente não compreende dessa forma.

Às vezes nós escutamos as coisas, mas parece que é como a água que passa na ladeira: escorre, seca e acaba. E nós estamos esquecidos. Então, isso fica nas pessoas também.

O amor pela natureza, o respeito pelas pessoas e pelas coisas não impregnam em quem aprende muito. Isso passa pelas universidades, mas não impregnam. Em poucas pessoas isso acontece, mesmo com a dor, com o sofrimento.

E as mulheres não tinham nenhum apoio, nenhum direito. Eu era professora, mas era trabalhadora rural, quebradeira de coco. Nós eramos uma coisa num horário; outra coisa em outro.

Nós nos organizamos e, construindo o sindicato, fomos conhecendo outras dimensões, outras regiões. As regiões do Piauí, Tocantins, Pará e Maranhão se juntaram para falar da nossa situação, de onde nós estávamos, como mulheres que trabalhavam muito junto com os homens, mas nós não tínhamos nada.

As mulheres às vezes não sabiam nem dizer seu nome, elas só falavam os nomes delas quando os maridos diziam para falar. Então, nós começamos um trabalho além da formação, mas eu tenho que ter uma renda para eu poder me libertar, eu tenho que ter algo que eu possa mostrar.



Então, passamos a buscar uma identidade, para sabermos o que é realmente ser quebradeira de coco. E de lá passamos a mostrar o nosso conhecimento. Vivemos um tempo lutando para nos organizar, mas ninguém nos via.

Chegamos a um tempo em que formamos a associação nos quatro Estados, hoje somos interestaduais, e buscamos mais companheiras para se libertarem dessa situação em que as mulheres viviam.

Hoje nós temos no Estado uma luta muito grande em defesa do meio ambiente, porque não somos só quebradeiras de coco, também defendemos essa causa, pois o que nós tiramos de lá não agride a natureza. Nós preservamos a natureza.

Mas nós não somos donos das terras onde estão plantadas as palmeiras. Na nossa região e em todas as regiões do Maranhão o que predomina é a pecuária, o gado. Eles acham que, para criar o gado, tem que tirar as palmeiras.

Nós continuamos numa luta muito grande, buscando nossos aliados, buscando pessoas que compreendam, mostrando a nossa capacidade.

Hoje eu vim aqui e não trouxe os nossos produtos. Mas em todo lugar que nós vamos mostramos o que nós fazemos, para que serve e o valor que tem. Infelizmente, as autoridades até hoje não tiveram um olhar para nós.

O Deputado Edmilson sozinho não vai fazer muita coisa. Ele vai falar, como ele vem fazendo desde os anos 80, sacrificando a vida, mas não surte tanto efeito.

Se houvesse mais gente cujo espírito fosse impregnado pelo respeito à humanidade, pelas coisas que fazem e pelo que temos...

As quebradeiras de coco enfrentam muitas dificuldades. Por que nós encampamos uma luta? Que as mulheres são violentadas e sofrem muito por isso, todo mundo já sabe. E do que sofremos hoje? Nós sofremos porque não temos os babaçuais sob o nosso domínio e não temos uma lei que nos proteja. Nós procuramos por isso desde o Município, passando pelo Estado, até a União. Com todas as leis que estão lá, aprovadas na Câmara de Deputados ou por Vereadores, não se conseguem dar um apoio e frear a devastação das palmeiras. Nós não deixamos de lutar por isso, nós estamos aí.

A cartografia veio mostrar, bem claro, o que a gente já tinha em mente, mas não tinha conhecimento para botar num papel, para todo mundo saber da



importância do babaçu na vida da gente. Ele é uma fonte de renda que as pessoas não valorizam.

Tudo que sofremos hoje é por causa da devastação. Onde existia um igarapé, como ele falou, na barragem do Tucuruí... E não foi só isso, não. Quando derrubam as palmeiras ou botam veneno nelas, quando matam o mato com veneno para plantar capim, as águas vão recebendo isso. E quem não tinha um poço, uma água encanada, bebia isso. Aliás, bebia não, ainda bebe, porque quem mora na roça ainda não tem isso. Aí, bebe o veneno. O nosso povo está todo ficando doente, e a gente está mostrando que existem coisas naturais que nós podemos ter.

Nessa cartografia aqui, nós descobrimos nossos Municípios, pontos em que nós estamos localizadas, e também a importância para a nossa alimentação, que deve ser sadia, sem mistura de veneno. Sabemos que se produz um óleo de melhor qualidade, que já está aprovado, e outros produtos e subprodutos. A cartografia trouxe para nós um conhecimento acima do que a gente já tinha. Ela buscou da gente aquilo que estava guardado, como eu disse, o que a gente era antes. A gente não sabia falar. Agora, está aqui, numa mesa desta, uma quebradeira de coco que tinha vergonha de dizer a sua profissão.

Fomos resgatadas por esses estudos, e quem nos apoiou está aqui com a gente, mostrando a importância que nós tivemos de conhecer e de fazer essa história. Nós também fizemos a nossa história. Todas as histórias dos povos são eles que fazem. À medida que nós vamos colocando isso para a sociedade, nós vamos achando aliados.

Nós não contamos com muita coisa, mas com um pouco que já leva a gente até aqui, onde nós já estamos, numa mesa para falar da nossa situação, da luta pela lei do babaçu livre. Ninguém plantou babaçu, ele nasceu. E outra coisa: se tirarem uma palmeira, são 15 anos para ter outra produzindo, ou mais.

Nós ficamos vendo a devastação, mas não podemos falar, porque o dono da terra está com o título na mão. Nós não tivemos o direito de ter esse título. Quando tivemos, foi de uma forma... Eu moro num assentamento, onde desde 1981 foi ocupada uma terra e até hoje... Em 1986, o INCRA declarou documentar. Mas até hoje tem gente lá que não tem documento. Tem gente que não foi assistido. A terra



está voltando de novo para os grandes, e a culpa fica em nós, que não tivemos oportunidade.

E nós lutamos por uma lei como essa. ex-Deputado desta Casa Domingos Dutra apresentou uma lei federal. E ela ficou parada, porque nos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins há muita força, mas no Estado do Pará eles dizem que babaçu é peste. Então, tinha um Deputado — eu não sei se ele ainda existe por aí, mas não tenho medo de dizer — que não aceitou que o Pará participasse do movimento.

Mas nós mulheres estamos aqui nessa cartografia, mostrando onde nós estamos no Pará. Nós estamos lá em quatro Municípios de muitas carências. Estamos sobrevivendo e mostrando essa situação. E a cartografia nos registrou lá. Participando desse estudo, cada dia nós temos mais coragem para lutar.

Nos nossos Municípios nós elegemos os Vereadores para fazer uma lei, pelo menos uma lei do Município. Alguns Municípios têm a lei, mas não a respeitam. Só um Município no Pará tem a lei aprovada, mas ela está lá engavetada. Quem é que destrói? É o Secretário de Agricultura, é o pessoal que está nas cadeiras. Quando nós os elegemos, a conversa é diferente. Mas quando chegam àquelas cadeiras, não sei se é o conforto, eles esquecem que nós existimos. E a nossa memória, da maioria, é fraca. O que é que acontece? Vamos esquecendo e deixando-os passar um, dois, três mandatos. Acaba a conversa. E nós continuamos toda vida sem sair do lugar, sem conseguir muita coisa, porque o pessoal é dono do mundo. Então, nós só somos filhos do dono, não podemos fazer muita coisa.

Eu quero falar um pouco das nossas dificuldades, que são essas. Há os grandes projetos, dos quais eu já falei. Lá é a pecuária que domina. Mas agora estão chegando aqueles projetos que existem no Tocantins, no Maranhão. Estão comprando as terras tudo para encher de eucalipto e de teca, onde nós não temos direito nem de encostar perto da cerca, porque a cerca é elétrica. Então, essas são as nossas dificuldades.

Como é que nós vamos coletar o babaçu se ele está lá dentro da solta dele, e nós não temos nada que nos proteja, mesmo para negociar com eles, porque é livre. Nós procuramos e não encontramos. Nós temos uma produção, vivemos disso. Nós



produzimos azeite, massa, sabão, sabonete e muitos outros derivados desse produto.

A universidade nos ajudou a entender, a cartografia nos ajudou a mostrar mais distante para a sociedade os valores que nós temos, mas é uma pena que ainda seja pouca coisa para o número que nós somos.

As nossas companheiras também enfrentam dificuldades, porque estamos ficando velhas na luta e não conseguimos animar outras para que participem. Como podemos animar se continuamos toda vida com o mesmo sofrimento, com a mesma dificuldade? Então, é muito difícil para nós, mas somos resistentes.

Quando há oportunidade de sermos ajudadas e de compreendermos, nós nos reconhecemos dentro de um processo a cada dia. Com a cartografia, nós podemos ver quem nós somos, o que fazemos, onde estamos. É importante para nós esse conhecimento. Também foi muito importante o que nós fizemos durante todos esses anos, mostrando o nosso conhecimento. E, agora, a cartografia está nos ajudando a ter mais conhecimento.

Agradeço ao Prof. Alfredo, que, com o Movimento das Quebradeiras de Coco, passou o seu conhecimento para nós mulheres. Trata-se de um movimento só de mulheres. Estamos nos quatro Estados, procurando, a cada dia, desenvolver e preservar o meio ambiente, mostrando para aqueles que estudam e têm conhecimento o que eles estão fazendo.

Hoje, estamos vendo o povo morrer de câncer. De onde vem essa doença? Os médicos ainda não descobriram de onde vem? Ela vem do veneno que nós comemos, de tanta necessidade pela qual passamos. Mas a doença maior que nós temos é o medo, é a pressão, principalmente em nossa região, no sudeste do Pará, na Baixada Maranhense, em Cocais, no Piauí, e no Bico do Papagaio, em Tocantins. É essa doença que está nos matando, ou seja, a pressão, a humilhação, o medo de viver, o medo de falar, o medo de sair de casa. Mas, assim mesmo, nós estamos resistindo.

Nós expomos todos os nossos problemas, por meio da cartografia, e tivemos força para colocar nossa história no papel e falar, porque precisamos falar. Eu lembro que se o professor não tivesse feito greve de fome talvez não fosse Deputado hoje. E acompanhávamos isso de longe, até em Belém.



A nossa luta não é de hoje. Os nossos antepassados sofreram, mas, quando descobrimos os nossos valores, sofremos mais, porque não temos condições de resolver a nossa situação. Na política, nós elegemos um Deputado que fala a nossa língua. E quantos Deputados têm aqui? Eu não sei quantos Deputados ocupam essas cadeiras, que não falam a nossa língua. Eu não sei qual língua eles falam, mas não falam a língua do povo, porque fazem crueldade e estão aí. Todavia, quando vão se eleger de novo, ou o parente ou o amigo, eles sabem que voltam para cá novamente.

Ressalto que nós estamos descobrindo a nossa situação, mas queremos dizer que as quebradeiras de coco estão lutando. Enquanto essa lei não for aprovada, enquanto para que ela seja aprovada não haja quórum nesta Casa, no Estado e no Município nós não podemos parar e dizer que estamos amparadas, porque não estamos. Nós estamos exigindo, pedindo, implorando.

Há 3 anos ou 4 anos, viemos aqui, e eu disse: é o Presidente da República. Ele era, e ainda é. Ele disse que para olhar essa lei faltavam 40 sessões, e 40 sessões não sei quantos anos são. É o mesmo que comprar a prestação, pagar de ano em ano. Não sei quanto tempo é uma sessão. E eu disse a ele das derrubadas das palmeiras, da destruição, dos igarapés que acabaram, do veneno que está matando todo mundo. Nesta Casa penso que é capaz de se saber o que está acontecendo em São Domingos do Araguaia, na Baixada, em todo o canto. Aqui não tem um aparelho que vê o mundo? Será que não vê a gente lá, não?

Não tenho muito mais a falar neste momento. Peço desculpas se a minha fala ofende, mas é porque a gente vem cheia de muita coisa, de muito peso, de muitas dores, que não são só nossas, são de todo o nosso povo. Não estou aqui Cledeneuza. Estou aqui por mais mulheres que estão nos quatro Estados ligadas a nós. Somos 300 mil quebradeiras. Organizadas na nossa entidade somos mais de mil. Falo aqui por elas, não só por mim, mas por nós. A angústia é tão grande em todos os nossos grupos, as nossas dificuldades, as nossas lamentações, que às vezes as palavras pesam muito. Mas é isso que vivemos. Falamos o que estamos sentindo.

Assisto à televisão e vejo a luta que hoje o País está tendo. Será que esses homens que ocupam essas cadeiras não estão vendo a destruição que eles estão



fazendo, até na mente da gente, quando assistimos a essas coisas tristes. A nossa região não tem estrada, não tem uma escola digna, as nossas mulheres morrendo de câncer de mama, de câncer de colo de útero, porque não tem um aparelho o nosso Município para fazer nossos exames, e quando esse aparelho chega a paciente morreu há 3 meses, 4 meses.

Enquanto esta Casa cheia de gente da lei discute isso, deveria olhar para aquele povo que é a base do Brasil. Sem esse povo também o Brasil não vai, não. Nós começamos uma luta. Ontem morreu um companheiro que começou uma luta, que dizia: se não atenderem a gente, o Brasil também não vai para frente.

São muitos anos em que a gente vem resistindo.

Fiquei feliz em vê-lo hoje aqui na cadeira, porque ele é resistência. Ele é do nosso meio. Ele começou a resistência no nosso meio, e hoje está aqui. Espere mais para frente, quem sabe vai conquistar mais gente e mostrar que vale a pena a luta.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Obrigado, Cledeneuza.

Já passaram por aqui, marcaram presença e tiveram que ir para outra atividade o Deputado Carlos Gomes, do PRB do Rio Grande do Sul; o Deputado Adilton Sachetti, do PSB de Mato Grosso; o Deputado Augusto Carvalho, do Solidariedade do Distrito Federal; o Deputado Bruno Covas, do PSDB de São Paulo; e o Deputado Zé Silva, que sofreu um acidente e veio aqui em uma cadeira motorizada. Então, agradeço a presença de todos os Deputados.

Vamos ouvir agora o Sr. Leonardo, que vai falar sobre a Crimeia, a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, e a reação dos Estados Unidos, que quer implantar naquela região da Ucrânia uma base militar como parte da estrutura geopolítica.

Ele não vai falar sobre isso, mas indiretamente vai, porque, a rigor, em grande medida, nós estamos falando meio informalmente, é a informação. Agradeço a aula. O Brasil que está assistindo não sabe que há 300 mil mulheres vivendo de uma planta que é igual a boi: tudo se aproveita nela.

Aliás, a Jurandir não esqueceu e trouxe para mim um sabonete feito de babaçu. Não fiquem com inveja. *(Risos.)*



A lei teve participação do Manuel Dutra e do atual Governador, o Dino. Só que nós estamos em uma conjuntura difícil. Só é posto em pauta o que é contra o povo. Refiro-me à PEC 215, para impedir a demarcação de terras indígenas e quilombolas; ao acesso ao patrimônio genético, para favorecer os laboratórios estrangeiros, deixando de fora qualquer indígena e as comunidades tradicionais do conselho e da política — não houve oitiva e não houve respeito; à terceirização para precarizar o trabalho dos trabalhadores já tão explorados.

Tem sido assim. Quem sabe, hoje, o Supremo nos ajude a mudar, e em breve nós tenhamos um clima. Aí é outro compromisso que assumo, o de tentar retirar da gaveta esse projeto e reconhecer o babaçu como patrimônio e as trabalhadoras quebradeiras como sujeitos de direito. (*Palmas.*)

Daí a contribuição desta audiência e do projeto criado há 11 anos por vocês, que é um projeto acadêmico. Faço questão de dizer que a ciência não é neutra, a ciência tem lado. Uns podem usar o boi em pé para obter lucro, outros podem usar o boi para alimentar o povo. A energia atômica pode ajudar a curar o câncer e pode fazer o que foi feito em Hiroshima e Nagasaki ou, depois do *tsunami* no Japão, destruir vidas. Então, a ciência e a tecnologia têm que estar a serviço da humanidade.

Portanto, vou passar a palavra ao Sr. Leonardo dos Santos, porque, se essa lei não sair porque há intenção de que ela não seja aprovada, porque há uma maioria que resiste à modernização do País, ao reconhecimento dos quilombolas de Alcântara, isso em grande medida está vinculado...

Vou pedir a Deus que nos proteja, porque, com essa crise, a Ucrânia desfez o contrato com o Governo brasileiro para desenvolver tecnologias de satélite. Isso é recente. A Ucrânia não tem como investir, e o Brasil já investiu, mas também não tem como manter. Não existe mais o convênio. A nossa Presidente voltou daquela viagem aos Estados Unidos, e eu achei que haveria um pedido de desculpas. O Obama foi o primeiro negro da história a presidir aquele país de tradição autoritária, imperialista, de um povo com escolaridade, mas infelizmente um povo inculto. Além dos pedidos de desculpa, pensei que pudéssemos restabelecer laços mais dignos e soberanos entre os países, mas uma das pautas é a de retomada do acordo para usar Alcântara como base de lançamento dos Estados Unidos.



O acordo era cruel, porque impedia e expulsava os quilombolas definitivamente, as comunidades tradicionais, não só quilombolas, para poder ampliar a área da base. É um acordo tão perverso que sequer o Governo brasileiro e as Forças Armadas brasileiras teriam direito de saber o que chegaria nas aeronaves norte-americanas. Se trouxer lixo atômico, nós não temos como saber. Quer dizer, é uma coisa totalmente violenta contra a soberania nacional. Eu espero que quem esteja no Governo nacional não restabeleça esse acordo.

O ex-Governador da Bahia Waldir Pires, que foi Ministro no início do Governo Lula, teve um papel importante para engavetar esse acordo que o Fernando Henrique tentou impor ao nosso povo. Esse acordo foi contido com a eleição do Lula, mas eu temo que, num momento de fraqueza, com o Governo até correndo risco de *impeachment*, concessões sejam feitas para a desgraça do Brasil.

Desculpem-me a introdução, mas isso tem tudo a ver. Ouvimos falar sobre a Rússia dizendo “*base, aqui não*”, apoiando a autonomia da Crimeia. E o que isso tem a ver com Leonardo dos Santos, quilombola de Alcântara?

A palavra é sua.

Enquanto o Leonardo toma água, eu queria passar alguns produtos para os que estão presentes aqui manipularem. Dá para ver como é a metodologia. Vão passando.

**O SR. LEONARDO DOS SANTOS** - Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Mesa, na pessoa do Deputado Edmilson Rodrigues. Cumprimento os demais componentes desta Mesa e a plateia que se encontra presente.

Eu estava observando aqui o requerimento, mas o Deputado se antecipou e devolveu aquilo que eu estava querendo cobrar. Falamos em uma Comissão de Meio Ambiente, sobre desenvolvimento sustentável, mas aqui a plenária está vazia, está com poucos Deputados. Talvez eles estejam em outra atividade mais importante no momento do que esta da Comissão Meio Ambiente, para falar de desenvolvimento.

Sobre a questão do meio ambiente, costumo sempre dizer que quem mais destrói o meio ambiente — desculpem-me — é o próprio Governo brasileiro, porque ele implanta grandes projetos, que se diz de interesse nacional, mas ele não vê os



danos que esses projetos vão causar ao meio ambiente, à sociedade brasileira, todos os danos de modo geral. Ele só vê que o projeto é bom para o País, que é importante.

Eu entendo assim: o Governo não quer saber de proteger o ser humano. Quando o Governo vai fazer pesquisa sobre o meio ambiente, ele manda pesquisar sobre os animais, sobre a flora, mas sobre o ser humano não manda pesquisar. Eu digo isso com toda certeza, porque, em Alcântara, sobre o projeto da base espacial de Alcântara, já não digo nem o da base militar, vou falar do projeto entre Brasil e Ucrânia, Alcântara Cyclone Space — ACS, ele mandou uma equipe de antropólogos para aquela região de Mamuna, Baracatatiua e Brito, as três comunidades atingidas no momento por este projeto de acordo entre Brasil e Ucrânia, para pesquisar. Ficou um grupo em Mamuna, um no Baracatatiua e outro no Brito.

Acho que isso é uma denúncia, porque, se ele chegar um dia para mim e disser: *“Rapaz, você está me denunciando?”*, eu direi: *“Estou”*. Ele passava o dia todinho sentado numa cadeira ao lado da professora que estava costurando, à tarde. De manhã ela dava aula, à tarde ela ia costurar, e ele ficava sentado lá estudando o relatório do Prof. Alfredo e preparando o dele. Então, acho que é uma denúncia, não é? Aí depois entregou para o pessoal da ACS. Depois mandaram pesquisar a questão dos animais. Aí mandaram uma equipe e ainda me empataram um dia, pedindo para eu levar umas pessoas a uns pontos onde eles queriam ir. Mas preciso dizer que eram 13 quilômetros entre Manuna e Baracatatiua, eram os pontos marcados, e 7 quilômetros de Brito, que fica na comunidade de Santa Maria. Como esses animais que transitam a 7 quilômetros de Brito vão ser impactados com aquele projeto que está no Brito?

Então, eu sempre costumo dizer que quem causa mais impacto ao meio ambiente é o Governo brasileiro. Está aqui um grande exemplo. Ele acabou de falar sobre esse projeto, que, se o Governo americano concluir, vai ser um desastre.

Olhem o que está acontecendo em Minas Gerais. Isso está acontecendo porque são projetos que o Governo cria, e não se analisa os impactos ambientais que vão causar. As pessoas que morreram ali, gente, eu tenho certeza de que não são Deputados, não são grandes empresários, não são os grandes fazendeiros que estão ali debaixo daquelas barragens, são as pessoas mais pobres, são os



trabalhadores do campo. Então, é a mesma coisa. Se o Governo brasileiro implantar uma base daquela lá em Alcântara, não tem nenhum desse povo que vá fazer esse acordo morando lá perto. Eles estão aqui em Brasília, estão em São Paulo, nos lugares mais distantes da base. No entanto, na hora em que começar a acontecer...

Nós estamos caminhando para uma terceira guerra mundial e, no caso de uma guerra mundial, nós estaremos em baixo de um ataque que pode ocorrer a qualquer momento, se os Estados Unidos, ou a Rússia, ou qualquer outro país, fizer uma base lá em Alcântara, que é, como eles dizem, uma das melhores áreas do mundo, pois é uma área estratégica muito boa.

Então, nós estaremos ali em baixo de um ataque a qualquer momento, porque eles brigam hoje atacando as bases militares, as partes principais do País. Por quê? Os americanos não estão aqui na nossa base, eles estão lá escondidos lá nas suas fortalezas. Os governantes brasileiros também não estão lá. Quem está lá somos nós. Porque, com incêndio daquela torre, segundo nos falou um sargento, no dia 1º de dezembro de 2007, lá no Baracatatiua — ele estava na base na época., e estavam eu e outro professor esperando lá uma reunião... O professor estava contando a história que tinha acontecido lá na base, de que o pessoal prendeu um pessoal da comunidade, para não ir para a roça trabalhar, porque achavam que estavam atrapalhando a terra da base, e aí ele se ofendeu. Como ele era sargento na época, ele se ofendeu. E veio tomar conversa. Aí, ele começou a conversar, e, depois, disse: *“Olha, esse foguete só não causou um prejuízo maior, um desastre, porque ele não se desamarrou”*. O incêndio começou, a torre logo tombou, e, então, ele não se desamarrou. Aí, brincando com ele, eu disse o seguinte: *“Ele não se desamarrou. Ele aceitou morrer queimado e amarrado.”* Porque ele disse: *“Se ele se desamarra e decola, para qualquer lado que fosse ele ia causar um grande impacto, um grande prejuízo”*.

Então, volto àquilo que eu estava dizendo. Nós estamos aqui numa Comissão para discutir meio ambiente, e eu acho que o plenário está vazio. Mas vai ver que lá do outro está cheio, estão se comendo para defender alguém que está... Eu não vou explicar, porque eu posso estar me comprometendo. Eu não vou explicar mais. Não precisa.



Então, gente, eu acho que para nós lá de Alcântara, e também para os companheiros que já me antecederam, a Nova Cartografia Social da Amazônia foi um instrumento que ajudou muito. Porque, às vezes, a pessoa não tinha conhecimento do seu próprio direito. Apesar de a gente ter os direitos aqui garantidos na Constituição Federal, mas não estão sendo respeitados pelo Governo. Eu digo que não é pelo próprio Governo em si, é pelo grupo de Deputados e Senadores. Os Srs. Deputados que estão aqui me desculpem se eu estiver ofendendo, porque eu sei que não são todos, como o Deputado Edmilson e outros que estiveram presentes. Não são todos.

Mas a maioria é de fazendeiros e de empresários. Isso eu digo porque já estive nesta Casa há 1 ano e desafiei os Deputados que não tivessem uma fazenda para que levantasse o dedo para a gente ver qual era. Não houve um que levantasse o dedo. Então, eles estão a trabalho dos grandes fazendeiros, do agronegócio. Quer dizer, é só do lado que corre o dinheiro.

Olha a informação que eu tenho e que é muito grave lá para Alcântara. O que temos de informação para Alcântara é que falaram o seguinte: que eles venceram em Belo Monte, venceram no projeto para Rio São Francisco e que eles iam nos vencer em Alcântara. Isso é o que já estamos sabendo. Assim como venceram em Belo Monte, como venceram no Rio São Francisco, iam nos vencer em Alcântara.

Agora, eu continuo dizendo: eles podem até nos vencer em Alcântara, mas eles ainda vão ter muito trabalho, mesmo que seja com o interesse dos americanos e de quem quer que seja. Eles vão ter muito trabalho, porque agora a proposta que nós temos é a seguinte: é que eles vão devolver. Já são 62 mil hectares. Agora são 82 mil hectares, mas eles vão devolver 40 mil hectares para nós, e nós vamos liberar todo o litoral para eles — o restante de Mamuna a Ponta da Areia. Ponta da Areia não parece que está no projeto, mas está. Então, é de Mamuna até Canelatiua, que é onde mora o Danilo. Somos nós da comunidade é que vamos ter que relocar essas famílias.

Nós temos um acordo assinado no dia 5 de novembro de 2008 no Ministério Público do Maranhão. Com a ação civil pública que estava tramitando, que barrou os trabalhos da ACS na área de Mamuna e Baracatiua, onde eles já estavam trabalhando, a partir daquele momento, o Governo ia levar o trabalho da ACS para



dentro da área militar e não ia mais expandir a base, não ia mais relocar famílias. Nós temos esse documento assinado pelas comunidades, Ministério Público Federal, representantes do Governo e da ACS.

Então é um acordo que está assinado, dizendo que, se o Governo expandisse a base, essa ação civil pública voltaria a tramitar e pararia tudo de novo. No entanto, o Governo vai fazer os acordos dele lá fora, como o Deputado acabou de falar, e já estamos sabendo, sem nem nos consultar.

A Convenção nº 69 fala que, em qualquer projeto que o Governo faça nas áreas quilombolas e indígenas, ele tem que fazer primeiro uma consulta prévia. E isso não foi feito. Quer dizer, quando pensarmos, eles vão chegar para querer construir, só que dizendo para nós apresentarmos uma proposta para eles. Além de nós termos que relocar as famílias, 212 famílias, nós agora vamos ter que apresentar uma proposta. Só que até hoje eu não quis revelar a proposta que eu tenho para fazer para o Governo, e já apareceu alguém que pensou igualzinho a mim e já revelou.

Agora, quem nos garante que o Governo vai manter esse acordo, caso nós revelemos, caso seja a última solução que tivermos para aceitarmos junto dos americanos, ou de quem quer que seja? Quem vai nos garantir que, mesmo assim, o Governo vai cumprir? Será que o outro Governo que vier vai cumprir?

Então, a nossa proposta é: nós não vamos sair, porque a Constituição brasileira nos garante morar nas terras onde nós nascemos, ocupamos e trabalhamos de maneira tradicional, igual aos quilombolas, indígenas, pescadores.

Nós que nascemos em Alcântara não invadimos terra do Governo. Quando o Governo foi para lá com esse projeto, nós já morávamos lá. Em Alcântara, quando os grandes fazendeiros foram embora, deixaram para os negros, para os santos e para a pobreza. Então, a terra é nossa.

Nós temos um documento guardado lá em Alcântara que foi levado por um representante do Governo Federal, em um seminário que aconteceu, se não me engano, no dia 25 de dezembro. Não estou lembrado o ano. Aí ele saiu aqui às pressas e pegou um documento dizendo que eles se reuniram aqui e que, de acordo com o estudo, o relatório que foi feito em Alcântara, a terra era, de fato e de direito, dos quilombolas de Alcântara. Foi esse o documento levado para nós. Na hora em



que ele pegou esse documento para ler, ele parou e disse: *“Maldita hora em que eu vim para cá, porque eu peguei o documento errado”*.

Eu não sei se eu tenho muito tempo para falar. A companheira disse que ela já não tinha mais nada para falar. Eu tinha muita coisa para contar a respeito desse projeto, porque não somos só nós, em Alcântara, que sofremos impacto com esses grandes projetos. Eu vejo que é no âmbito do Brasil inteiro, em tudo quanto é projeto.

Aqui está um exemplo: esse projeto de Minas Gerais, quer dizer, não foi de agora, não sei nem qual foi o Governo que começou. Nunca pensaram que aquilo ali iria causar um grande impacto, mas hoje está aí a destruição que aconteceu. Vão custar muito a recuperar aquele Rio Doce, que agora não é mais rio doce, deve ser rio amargo.

Por isso, temos que ficar bem espertos, de orelha em pé, a dizer para o Governo: *“Vamos, primeiro, pensar direitinho se vale a pena”*. Um projeto como o de Alcântara, minha gente, em que já foi gasta uma fortuna em dinheiro, aquele projeto da Base Militar, até hoje, 35 anos depois, não se lançou sequer um foguete de experimento para dizer que deu certo.

Fizeram esse acordo com a Ucrânia. É preciso que o senhor, como Deputado, faça uma visita àquilo ali. Faça uma comissão e vá lá visitar, peça permissão para visitar, porque eu já visitei. Eu fiquei mais triste não foi porque eu visitei, foi porque eu olhei uma reportagem na televisão mostrando o abandono. Quando eu visitei, estava no auge da construção, estava a todo vapor. Por sinal, o presidente da empresa saiu tirando os cartazes todos onde eles foram pregando, porque se decepcionou.

Agora, você vê aquilo ali. Eu fico com tanta pena de ver. Só uma ponte que eles iam construir dentro de um rio no Peru — aí vem a história do meio ambiente aqui, para proteger o meio ambiente —, mataram o rio, e estão lá só os pilares. Se não me engano, são doze pilares, ou não sei quantos, porque são 200 metros dentro do rio. Está lá toda aquela estrutura abandonada.

Aí o Governo brasileiro tem uma base militar que não funciona. Ele aluga ou entrega o território para os americanos. Os americanos vão colocar essa base deles



para funcionar, talvez, dentro de 6 meses, 1 ano ou um pouco mais. E quando o Brasil vai lançar satélite da sua base? Nunca!

Então, Deputado, será que isso é um bom negócio para o Brasil? Trazer os americanos para disputar com o Brasil, se ele sozinho não está dando conta de colocar a sua base militar para funcionar? Agora, há um desperdício de dinheiro lá, porque eles tinham, se não estou enganado, três lanchas. Colocaram uma fora, e ouvi o cidadão, no catamarã, para vir para São Luís, dizendo que foram 12 milhões, que ninguém fala que foram perdidos. Estão lá aquelas lanchas. Ninguém comenta! No entanto, a gente atravessa para São Luís correndo o perigo de morrer a qualquer hora. Semana passada, afundou um catamarã. Eles tinham três lanchas dessas que correm, que fazem de 25 a 30 minutos para Alcântara. Colocaram uma fora, e ninguém comenta.

Então, o Governo tem aquela base militar, que não sei para que serve. Dizem que é a melhor do mundo, mas só no ponto estratégico; para lançar foguete, satélite, não. Aí vêm e alugam para os Estados Unidos. Eu duvido, faço um desafio: quando é que o Governo brasileiro vai ter... Vejo a informação que diz que vem muito dinheiro. Como é que o Governo brasileiro vai lançar, fazer uma base daquela ali? Ele aluga o território dele para os americanos e vai ter condições de competir com os americanos? Nunca! Eu faço um desafio. Nunca! Nunca!

Eu não tenho mais tempo, não é? Vou encerrar por aqui. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Agradeço, viu?

Está valendo a pena, apesar da ausência de Deputados, Leonardo. É correto criticar mesmo. Talvez o tema não interesse, mas nós estamos provando a importância do tema, porque há outros temas mais importantes. É verdade que agora há muitas reuniões paralelas. Inclusive, eu queria uma informação sobre a reunião do Congresso, porque temos que votar o Orçamento ainda hoje. Então, está tudo muito tumultuado, mas está funcionando.

Para fecharmos de forma bonita, eu queria, depois, retornar a palavra ao Prof. Alfredo Wagner, só para fechar a síntese. Surgiram propostas de audiência pública para o ano que vem. Ainda não se definiu o local, talvez possa ser em Alcântara. Pode ser a visita de uma comissão ou a realização de uma audiência pública, para



discutir a questão da base e o efeito nos quilombolas e comunidades tradicionais, em Tucuruí e no projeto das quebradeiras do babaçu.

Então, há uma série de coisas que a ata vai mostrar. Mas, independentemente da ata, a minha assessoria está aqui, estamos anotando e vamos colocar como objeto da nossa ação.

Eu queria chamar duas pessoas. Uma delas é a Profa. Helciane de Fátima Araújo, que pode dar uma contribuição importante, complementar. A Dra. Profa. Helciane de Fátima Abreu Araújo é da Universidade Estadual do Maranhão.

Ouviremos vocês duas e depois Danilo, quilombola maranhense. É uma honra ter vocês nos emprestando essa contribuição.

**A SRA. HELCIANE DE FÁTIMA ABREU ARAÚJO** - Bom dia, Deputado; bom dia, todos os presentes.

Eu gostaria de parabenizar a iniciativa desta audiência pública pela importância do tema, Prof. Leonardo, apesar de sentirmos falta de Deputados presentes. Mas não se pode perder de vista que muitas pessoas passaram aqui, que esta reunião está sendo veiculada e que muitos vão ter acesso a estas informações.

É importante que os Deputados nos chamem e que venhamos a este espaço falar das nossas realidades. A iniciativa válida e deve ser repetida muitas vezes. Ela é importante também porque nestes momentos surgem outras ideias. Por exemplo, vamos sair daqui com algumas agendas fechadas. Isso para nós é superimportante. E uma audiência pública em Alcântara seria muito interessante, assim como em Tucuruí.

Senti falta de outras áreas, Deputado. (*Riso.*) Eu mencionaria Imperatriz, com o caso da empresa Suzano, dos impactos que causou nas comunidades de trabalhadores rurais, das quebradeiras de coco babaçu, principalmente as da Estrada do Arroz, onde várias comunidades estão sendo violentadas e obrigadas a deixar as áreas por conta do plantio de eucalipto, que já está lá há muito tempo. Seria muito interessante perceber de perto aquela realidade.

Eu gostaria de dizer da importância do Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia. Eu acho que uma de suas grandes contribuições é nos trazer outra concepção de pesquisa, o que já foi mencionado aqui, como ação política. Entendo que seu trabalho é muito importante no sentido de dar outro significado à pesquisa.



Durante esse processo, vamos percebendo o fortalecimento dessas identidades coletivas e movimentos sociais.

Como o Sr. Esmael e a Sra. Cledeneuza disseram, a chegada do Projeto Nova Cartografia dá sempre nova injeção de ânimo, porque aquelas comunidades são muito violentadas. A violência é física e, sobretudo, simbólica e traz como resultado mortes de todas as formas, inclusive assassinatos, que ainda existem muito no Pará e Maranhão, mas que às vezes não são percebidos como consequência de violência.

Sobre as lideranças indígenas, eu poderia fazer uma lista das que estão morrendo por doenças geradas pelos processos relatados pelo Sr. Esmael, mas gostaria de destacar uma delas, que é histórica, a de Maria Adelina, que faleceu no ano passado vítima de câncer. Nós temos certeza de que a doença foi consequência das pressões que sofreu durante os processos de luta. E sabemos que outras lideranças têm o mesmo problema. Foi bem lembrado que os efeitos das pressões sofridas estão recaindo, sobretudo, sobre as lideranças dessas comunidades.

Na região de Imperatriz, por exemplo, acompanhamos situações de isolamento de lideranças. Isso é muito sério e grave e tem gerado depressão. Em alguns momentos, percebemos que a liderança está acuada, imobilizada e isolada. Não podemos dissociar essas da luta política. Gostaria de mencionar isso.

O Projeto Nova Cartografia vem ajudando, dando força, ânimo para as organizações, fortalecendo as lutas sociais e mostrando que a universidade tem que repensar seu sentido. Eu acho que se devem trazer as comunidades, essas lideranças para dentro da universidade, para o Parlamento, onde a luta deve estar. Acho que esse é o sentido da universidade.

Eu não vou me alongar. Quero parabenizar o senhor pela iniciativa e dizer que estamos aqui para contribuir sempre no que for preciso. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Eu lhe agradeço a colaboração. Estamos dispostos a receber propostas. É claro que há limite de tempo e de local físico.

Sou do Pará e tenho viajado muito. Eu disse para Alfredo que há uma fruta que eu adoro, a mangaba. E na Praia do Mangabal, na Ilha de Marajó, no Pará tem muito. A mangabeira é uma planta tombada, típica de Sergipe, onde estive a convite



do Deputado João Daniel. Existe uma luta para implantar reserva extrativista no sul do Estado. Há 10 anos está parado o processo. Fomos ao Ministério de Minas e Energia, que disse que não podia parar a produção de petróleo. Conseguimos mostrar, com Ministério do Meio Ambiente e ICMBio, que há solução possível, mesmo que seja um pouco menor, para liberar a faixa dos dutos que trazem do alto mar o petróleo extraído. Nós não queremos criar problema para a economia, parar de extrair o petróleo. É possível haver mediação.

Sou Deputado Federal e me disponho a colaborar, só que tenho limites e a prioridade de lutar pelo meu Estado. Mas, como 30% da população de Imperatriz é do Pará, estou... *(Risos.)*

Vamos ouvir o Danilo para fechar com chave de ouro os trabalhos.

**(Não identificado)** - E 30% dos paraenses são maranhenses.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - E 30% dos paraenses são maranhenses, com muita honra, em Belém. Além de trabalhar na área de educação, o movimento popular contou com minha ajuda para a ocupação de bairros inteiros, de comunidades maranhenses, verdadeiros quilombos na área do Tucunduba, que depois foi urbanizada no nosso Governo.

Parte da obra recebeu recursos, justiça se faça, do Governo Lula. Mas infelizmente o Governo parou a obra. Foi um projeto que mereceu o Prêmio ONU-Habitat, entre as melhores experiências, e outro da Caixa Econômica Federal. O dinheiro público foi para o ralo. E parte da comunidade, 160 mil moradores, até hoje espera a conclusão do projeto. É importante descriminalizar a política. Há muitos pilantras e bandidos. Sem ela não conseguimos avançar.

Eu dizia para Leonardo que não estou preocupado. Alguns Deputados não estão aqui porque não podem mesmo. Mas uns, se estivessem, diriam: *“Esses não são cientistas, são sim subversivos. Olhem aquela subversiva maranhense”*. Para eles, cotoco. As pessoas que estão nos ouvindo sabem dos problemas e estão conhecendo um projeto revolucionário feito por cientistas — 40 doutores, mais mestres —, mas fundamentalmente pelo povo que, invisibilizado pelo poder, se torna visível por conta do projeto.

Tem a palavra o Sr. Danilo.



**O SR. DANILO SEREJO** - Esta iniciativa é ótima e tem que acontecer muito mais vezes, para que possamos pensar os problemas que afetam o País e que não perpassam necessariamente só pela discussão política, como ocorreu neste ano, estão além, embora seja claro que esses fatores se comunicam de alguma forma.

Eu quero chamar a atenção para três situações apresentadas pelo pessoal de Tucuruí, pelas quebradeiras de coco e pelas pessoas de Alcântara. Essas três situações têm pontos que se comunicam, são comuns e estão presentes em todas as situações. Um deles é que as três situações são executadas em detrimento do respeito, da negação do meio ambiente e de que esses povos e comunidades tradicionais são parte integrante dele.

O outro ponto é, além disso, a negação do aparato legislativo que regula, do ponto de vista ambiental, a implementação e o desenvolvimento desses megaprojetos de desenvolvimento. Em Alcântara, por exemplo, há 35 anos temos uma base de lançamento que não tem sequer licenciamento ambiental para funcionar. Como uma base de lançamento do Estado consegue funcionar, afrontando a Constituição no que diz respeito a estudo de impacto ambiental?

Então, no caso de Tucuruí, várias violações também ocorreram do ponto de vista da legislação que rege os aspectos ambientais.

O terceiro ponto para o qual chamo atenção é que esses projetos, e não é exclusividade apenas dos casos apresentados aqui, mas de vários outros, funcionam de forma a não possibilitar aos povos e comunidades tradicionais incidentes nessa área o direito de consulta. Quando digo “consulta”, não me refiro ao direito de ser escutado, de assegurar oitiva a esses povos, mas de consulta nos termos da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, em que há consulta em caráter de participação, inclusive nos benefícios que essas atividades possam ofertar aos povos e comunidades regionais daquela área. Ou seja, não é só garantir que essas comunidades participem dos espaços de decisão do funcionamento do projeto, mas também dos lucros que as atividades possibilitam. E o que nós estamos vendo é que esses projetos acontecem sem que nenhum desses aspectos seja assegurado.

Por último, quero chamar atenção exclusivamente para a situação de Alcântara. Temos acompanhado o que aconteceu no processo de regularização das



áreas quilombolas da Ilha de Marambaia e do Rio dos Macacos, já que se aproximam de Alcântara. Esses dois territórios foram titulados de forma descontínua. Foram vários títulos para o mesmo território, para atender aos interesses dos militares. Eu já quero avisar aos senhores que não vamos aceitar esse tipo de decisão em Alcântara: ou se titula o território todo ou não se titula o território todo. O que nós queremos é que o Estado reconheça o território de Alcântara na sua inteireza, na sua integralidade.

Os aspectos posteriores a isso — compensação, direito de consulta, participação — vamos discutir posteriormente à fase do processo de regularização. O que não podemos permitir é que aconteça o que aconteceu na Ilha da Marambaia, onde um território quilombola recebeu cinco ou seis títulos, não lembro exatamente o número. Isso fere também o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e o art. 487 da Constituição Federal, que diz que tem que ser um título coletivo para toda a comunidade.

Então, o mesmo Estado que tenta assegurar a integridade jurídica do povo assume esse risco de quebrar, de ferir suas próprias regras. Essa é uma situação complicada que temos que enfrentar.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Dr. Danilo Serejo, muito obrigado pela contribuição e pela disposição de resistir a essa situação.

Vejo vários jovens chegando, possivelmente para acompanhar o projeto importante que há na Casa sobre estágio acadêmico. Quem são vocês?

**(Não identificado)** - Somos de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - De universidades de Santa Catarina?

**(Não identificado)** - Também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Que bacana! Sejam bem-vindos. Estamos concluindo uma audiência pública sobre um grande projeto de base científica e acadêmica que busca dar referência geográfica a sujeitos históricos vivos, usuários brasileiros e populares do território, não são aqueles que usam os recursos em função do lucro, mas os que usam para viver dignamente, para contribuir com o verdadeiro desenvolvimento econômico e social, que alguns dizem



“sustentável” como discurso para justificar insustentabilidade. Mas os que estão aqui realmente preservam a natureza e sabem da importância de um país que valoriza o equilíbrio ecológico, ao defender um modelo de desenvolvimento atual.

Passo a palavra agora ao Sr. João Paulo.

**O SR. JOÃO PAULO** - Sou o João Paulo, natural do Espírito Santo, mas vivo em Foz do Iguaçu; faço antropologia na UNILA — Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Tenho medo dizer que sou antropólogo por causa de algumas situações como esta, mas ainda sou estudante. *(Risos.)* Professor, às vezes temos medo, porque há muitas situações que nos constrangem.

Na Conferência Nacional de Juventude, infelizmente estamos sendo barrados no portão de entrada. O Governo Estadual mandou ontem a polícia para cima de nós. Estamos sendo privados de muita coisa. Vim especificamente para esta audiência pública porque considero de suma importância participar destes momentos que dificilmente acontecem nesta Casa de Leis.

Eu queria usar da palavra para fazer a seguinte análise. Sra. Cledeneuza, Profa. Jurandir, as duas mulheres e demais participantes que compõem a Mesa, o panorama que temos no Brasil é claro: ou esta Casa de Leis, este Congresso, este Governo começa a pensar pelas minorias políticas, pelo povo, e esquece outras discussões cheias de contextos políticos pessoais, bairrismo e tudo mais, ou acabamos cada vez mais indo a um decréscimo neste País.

Todas as falas que tivemos na Mesa, principalmente das pessoas que vieram falar das especificidades das suas regiões, dos seus locais, trilharam por esse caminho. Deputado, eu acho que temos que cada vez mais dar abertura a isso nesta Casa de Leis. Cada vez mais falamos do contexto deste País de grandeza continental, desta grande pátria.

Finalmente, quero dizer que sou membro do Parlamento Nacional da Juventude pela Água. A juventude hoje luta como nunca lutou pelas questões ambientais. Isso aparece de forma bem visível. Ela está engajada. Está em consulta no Ministério do Meio Ambiente um plano de juventude de meio ambiente. Isso é importante. Então, a juventude tem que ser trazida também para esta Casa de maneira mais coerente para falar junto com este povo, porque a contribuição da juventude é para a construção. Nós queremos construir um novo caminho



civilizatório, que tem como marco a sustentabilidade e o cuidado com o outro e com esta Casa em comum.

Espero que possamos ser escutados e que, cada vez mais, estas pessoas que compõem esta Mesa possam estar neste Congresso, nesta Casa de Leis, se expondo, falando sobre suas realidades, mostrando que o Brasil não é, de maneira global, a beleza que muitos dizem que é. Existem realidades nos extremos que precisam ser discutidas cada vez mais.

Obrigado e parabéns pela proposição, Deputado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Muito obrigado, João Paulo.

Vamos fechar com chave de ouro, ouvindo o idealizador e um dos doutores que coordena e desenvolve o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Dr. Alfredo Wagner.

**O SR. ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA** - Eu acho que a intervenção do Deputado Edmilson Rodrigues, da Profa. Helciane Araújo e do Dr. Danilo Serejo sintetizou muito as falas dos quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, pescadores tradicionais e artesanais. Eu acho que está bem sintetizado o que está em jogo, o papel da universidade, o papel da pesquisa científica. Isso não se pode menosprezar. O conhecimento científico é fundamental para essa transformação social também.

E eu penso que as sugestões apresentadas de retomar a proposta de lei, no caso da preservação dos babaçuais, de retomar com audiências públicas a discussão do caso de Alcântara e de Imperatriz que diz respeito à violência, e outras proposições que estão paradas aqui, por si só já justificam esta audiência.

Eu sou muito grato ao Deputado Edmilson Rodrigues, autor do requerimento para a realização desta audiência pública, ao Deputado Átila Lira, Presidente desta Comissão, cujas palavras foram muito significativas, inclusive para o projeto.

Eu penso que vou falar em nome de todos do projeto, da Profa. Jurandir Novaes e da Profa. Helciane Araújo, e somos mais de 150 pesquisadores, todos vinculados a universidades públicas, que são mais de 15. Eu acho que isso nos deixa muito à vontade para entender que esta Casa tem que receber as propostas



daquelas situações concretas, dos povos, das comunidades e ter uma atitude de, pelo menos, dar satisfação a essas comunidades e a esses povos.

Eu acho que nós temos que inverter um pouco este nosso processo, porque, às vezes, apostamos muito só na democracia representativa e nos esquecemos dessas formas de democracia direta, fundamentais para a vida social e para que possamos ter, em futuro próximo, um País mais tranquilo e agradável de viver, afastando esta figura que a D. Cledeneuza Oliveira lembrou aqui muito, o medo, que talvez seja o que nos amargura mais, essa sensação de insegurança tanto do Sr. Esmael Rodrigues quanto do Sr. Leonardo dos Anjos, essa sensação de não saber o dia de amanhã que Danilo Serejo tão bem informou para nós.

Eu penso que esta audiência pública cumpriu seu papel, porque abre novas perspectivas, bastante atentas, inclusive para o caso de Mariana. Está aqui a colega do Instituto Federal do Norte de Minas. Eu acho que para nós abre uma perspectiva de um trabalho mais integrado, de uma divisão do trabalho intelectual em que os movimentos e a universidade podem responder a muitas demandas e contribuir muitíssimo para que haja neste País melhores dias.

Agradeço muito a todos. Um abraço. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - Muito obrigado.

Eu tenho uma formalidade a cumprir, aprovar a ata, apesar de certo esvaziamento.

Em votação a ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Isso é importante porque se trata de documento histórico, construído por nós.

Estou feliz com a reflexão global feita aqui. Aquela evocação a refletir sobre o medo dos antropólogos é pertinente e dialoga com o medo aqui analisado por Cledeneuza e Alfredo Wagner. Foi criada aqui a CPI da FUNAI com uma justificativa: os antropólogos fraudam laudos para que indígenas e quilombolas dominem este País. Tem sido um constrangimento trazer antropólogos, pois recebem todo tipo de humilhação e violência. Há razão para o medo. Esconda sua lapela de antropólogo nos corredores.



A turma da bala, que se emociona, que beija o pé do boi, acha que o camponês pode ser morto, que não vai fazer falta. Infelizmente é assim. Cento e trinta e oito indígenas foram assassinados à bala no ano passado, segundo o último relatório do CIMI — Conselho Indigenista Missionário. Essa estatística não deve causar dor a eles. Há outros dados: 144 processos *sub judice*; 872 crianças mortas antes de completarem 5 anos, por falta de assistência. O maior índice de mortalidade é dos povos indígenas.

As pessoas acham que podem propor a criação de CPI para constranger, para destruir instituições que têm feridas. Quando se fala aqui em não haver licença, o IBAMA tem que bater na mesa e dizer: *“Eu sou órgão do Estado e não do Governo”*. As Forças Armadas têm obrigação de fazer estudos de impacto ambiental, mesmo que tenham sido implantadas antes da nova Constituição e antes da criação do CONAMA.

Licença para operação de Belo Monte, com aval do IBAMA e, como denunciei aqui, conivência da FUNAI, é inadmissível! Assim como a situação de um estudo vagabundo de impacto ambiental contratado pelas empresas interessadas para legitimar o início da implantação de 40 barragens na Bacia do Tapajós, a começar por uma que alcança quase 8 quilômetros de comprimento por mais de 50 metros de altura.

Esse sistema de engenharia, esse objeto técnico, essa verdadeira prótese sanguínea que querem implantar no nosso território não pode ter um relatório avalizado por instituições do Estado brasileiro sem considerar, no mínimo, leis que já são muito favoráveis ao poder. Mesmo assim, nem elas são respeitadas. Em Belo Monte, são 40 condicionantes, a maioria não cumprida. Agora dizem: *“Ah, 5 milhões de multa!”*, para quem recebeu 35 bilhões do nosso minguido dinheiro público? Vamos conceder a licença, mas vamos cobrar de vocês o cumprimento. A obra está terminando e não cumpriram o que prometeram. Desculpem-me aproveitar este momento para fazer essa denúncia.

Antes de concluir, eu quero fazer uma referência importante, porque temos amor à vida. Outro dia conversei fora com Paulo Miranda, aquele cidadão, funcionário de empresa que presta serviço à Casa. É ele que nos sustenta — adoro café, eu seria nada sem café. Aliás, o brasileiro gosta de café. Ele é um homem de



fé e me disse: *“Meu filho está no céu”*. Ele perdeu um filho, advogado, com mais de 33 anos de idade, que tinha o mesmo nome, Paulo Almeida Miranda. Minha solidariedade. Eu sei que sua dor é grande, mas pelo menos tem o sentido do amor que o fortalece.

**O SR. PAULO MIRANDA** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmilson Rodrigues) - É uma honra.

A partir de amanhã as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão disponíveis aos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Internet, no *link Audiências Públicas*.

Agradeço aos convidados, Parlamentares, demais presentes e internautas a participação.

Declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.

Boa tarde, senhoras e senhores. (*Palmas.*)